

RECEITA FEDERAL

ANALISTA TRIBUTÁRIO



APOSTILA
COMPLETA



MATERIAL PARA
DOWNLOAD



TEORIA E
QUESTÕES



COM BASE NO ÚLTIMO EDITAL

AVISO IMPORTANTE:

Este é um Material de Demonstração!

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila. Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, esta não é a apostila completa.

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- × Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- × Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- × Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da **APROVAÇÃO**.

× Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:
<https://www.maxieduca.com.br>



Receita Federal
Analista Tributário

LÍNGUA PORTUGUESA

Elementos de construção do texto e seu sentido: gênero do texto (literário e não literário, narrativo, descritivo e argumentativo); interpretação e organização interna...	1
Semântica: sentido e emprego dos vocábulos; campos semânticos.....	15
Emprego de tempos e modos dos verbos em português; mecanismos de flexão dos nomes e verbos.....	17
Morfologia: reconhecimento, emprego e sentido das classes gramaticais.....	21
Processos de formação de palavras.....	33
Sintaxe: frase, oração e período; termos da oração; processos de coordenação e subordinação.....	38
Concordância nominal e verbal.....	46
Transitividade e regência de nomes e verbos.....	52
Padrões gerais de colocação pronominal no português.....	55
Mecanismos de coesão textual.....	57
Ortografia.....	58
Acentuação gráfica.....	68
Emprego do sinal indicativo de crase.....	77
Pontuação.....	79
Reescrita de frases: substituição, deslocamento, paralelismo.....	83
Varição linguística.....	85
Norma culta.....	87
Questões.....	88
Gabarito.....	94

LÍNGUA INGLESA

Conhecimento e uso das formas contemporâneas da linguagem inglesa.....	1
Compreensão e interpretação de textos variados: domínio do vocabulário e da estrutura da língua, ideias principais e secundárias, explícitas e implícitas, relações intratextuais e intertextuais.....	2
Itens gramaticais relevantes para a compreensão dos conteúdos semânticos.....	4
Palavras e expressões equivalentes; Elementos de referência.....	6
Questões.....	8
Gabarito.....	21

SUMÁRIO



RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO E ESTATÍSTICA

Estrutura lógica de relações arbitrárias entre pessoas, lugares, objetos ou eventos fictícios; dedução de novas informações das relações fornecidas e avaliação das condições usadas para estabelecer a estrutura daquelas relações. Lógica: proposições, conectivos, equivalências lógicas, quantificadores e predicados. formação de conceitos, discriminação de elementos.....	1
Conjuntos e suas operações, diagramas	25
Números inteiros, racionais e reais e suas operações.....	32
Porcentagem e juros	45
Proporcionalidade direta e inversa	50
Medidas de comprimento, área, volume, massa e tempo.....	52
Compreensão e análise da lógica de uma situação, utilizando as funções intelectuais: raciocínio verbal	57
Raciocínio matemático	61
Raciocínio sequencial, orientação espacial e temporal	69
Compreensão de dados apresentados em gráficos e tabelas	75
Raciocínio lógico envolvendo problemas aritméticos, geométricos e matriciais.....	81
Problemas de contagem e noções de probabilidade	86
Geometria básica: ângulos, triângulos, polígonos, distâncias, proporcionalidade, perímetro e área	94
Plano cartesiano: sistema de coordenadas, distância	107
Problemas de lógica e raciocínio.....	109
Estatística descritiva. Média, moda, mediana e desvio padrão.....	112
Probabilidade.....	118
Distribuições de probabilidade	121
Inferência: estimação pontual e intervalar e testes de hipóteses.....	131
Predição: abordagens; séries temporais; regressão linear simples e múltipla	136
Regressão logística	151
QUESTÕES.....	153
GABARITO	164

CONTABILIDADE GERAL

Contabilidade; Conceito, objeto, objetivos, campo de atuação e usuários da informação contábil	1
Princípios e Normas Brasileiras de Contabilidade emanadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).....	5
Conceitos, forma de avaliação, evidenciação, natureza, espécie e estrutura	8

SUMÁRIO

SUMÁRIO



Atos e fatos administrativos.....	11
Livros contábeis obrigatórios e documentação contábil.....	13
Variação do patrimônio líquido. Receita, despesa, ganhos e perdas.....	16
Apuração dos resultados.....	18
Regimes de apuração; Caixa e competência.....	20
Escrituração contábil.....	23
Lançamentos contábeis.....	24
Contas patrimoniais, resultado.....	25
Fatos contábeis. Permutativos, modificativos e mistos.....	33
Itens Patrimoniais. Conteúdo, conceitos, estrutura, formas de avaliação e classificação dos itens patrimoniais do ativo, do passivo e do patrimônio líquido.....	34
Demonstrações contábeis. Balanço patrimonial, demonstração do resultado do exercício, demonstração de lucros ou prejuízos acumulados, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração dos fluxos de caixa e demonstração do valor adicionado.....	42
Notas explicativas às demonstrações contábeis. Conteúdo, forma de apresentação e exigências legais de informações.....	47
Ajustes, classificações e avaliações dos itens patrimoniais exigidos pelas novas práticas contábeis adotadas no Brasil trazidas pela Lei Federal nº 11.638/07 e suas alterações e Lei Federal nº 11.941/09 e suas alterações.....	56
Estoques.....	91
Tipos de inventários, critérios e métodos de avaliação.....	98
Apuração do custo das mercadorias vendidas, tratamento contábil dos tributos incidentes em operações de compras e vendas.....	100
Questões.....	104
Gabarito.....	112

ADMINISTRAÇÃO GERAL E PÚBLICA

Teoria da administração e das organizações.....	1
O processo administrativo. Funções de administração: planejamento, organização, direção e controle.....	11
Papéis e habilidades do administrador.....	25
Planejamento estratégico: conceitos, princípios, etapas, níveis, métodos e ferramentas. Planejamento tático. Planejamento operacional.....	32
Administração por objetivos.....	35
Organização: princípios de organização; estrutura organizacional; departamentalização; centralização e descentralização.....	35
Processo decisório: tipos de decisões; decisão racional; heurísticas; ferramentas de apoio à decisão.....	39

SUMÁRIO

SUMÁRIO



Comportamento organizacional: cultura organizacional; motivação; liderança; comunicação; equipes de trabalho.....	41
Controle: tipos de controle; sistemas de controle.....	44
Balanced scorecard.....	46
Gestão de pessoas: evolução; conceitos básicos; abordagem estratégica; indicadores de gestão de pessoas	47
Recrutamento e seleção de pessoas: visão geral e conceitos básicos; relação com os demais processos de gestão de pessoas; recrutamento interno e externo; técnicas de recrutamento e seleção	52
Análise e descrição de cargos.....	59
Treinamento e desenvolvimento: visão geral e conceitos básicos; relação com os demais processos de gestão de pessoas; métodos; avaliação de programas de treinamento e desenvolvimento.....	61
Gestão do desempenho: visão geral e conceitos básicos; relação com os demais processos de gestão de pessoas; métodos	63
Gestão por competências.....	66
Gestão da qualidade e modelo de excelência gerencial: principais teóricos e suas contribuições para a gestão da qualidade; ferramentas de gestão da qualidade	66
Gestão de projetos: modelos, etapas, elaboração, técnicas de análise e avaliação de projetos.....	70
Gestão de processos. Conceitos da abordagem por processos. Técnicas de mapeamento, análise e melhoria de processos. Noções de estatística aplicada ao controle e à melhoria de processos. BPM.....	75
Administração Financeira. Indicadores de Desempenho. Tipo. Variáveis. Princípios gerais de alavancagem operacional e financeira. Planejamento financeiro de curto e longo prazo. Conceitos básicos de análise de balanços e demonstrações financeiras	78
As reformas administrativas e a redefinição do papel do Estado; reforma do serviço civil (mérito, flexibilidade e responsabilização) e reforma do aparelho do Estado.....	87
Administração Pública: do modelo racional-legal ao paradigma pós-burocrático; o Estado oligárquico e patrimonial, o Estado autoritário e burocrático, o Estado do bem-estar, o Estado regulador	108
Processos participativos de gestão pública: conselhos de gestão, orçamento participativo, parceria entre governo e sociedade.....	116
Governo eletrônico	120
Transparência da administração pública	121
Controle social e cidadania	123
Accountability	126
Gestão por resultados na produção de serviços públicos.....	129
Comunicação na gestão pública e gestão de redes organizacionais	132
Administração de pessoal	135
Administração de compras e materiais: processos de compras governamentais e gerenciamento de materiais e estoques.....	139

SUMÁRIO

SUMÁRIO



Sustentabilidade das contratações.....	147
Mudanças institucionais: conselhos, organizações sociais, organização da sociedade civil de interesse público (OSCIP), agência reguladora, agência executiva, consórcios públicos	149
Conceitos básicos de planejamento. Aspectos administrativos, técnicos, econômicos e financeiros. Formulação de programas e projetos. Avaliação de programas e projetos. Tipos de avaliação. Análise custo benefício e análise custo-efetividade. Planejamento e avaliação nas políticas públicas	159
Governança Pública. Conceitos fundamentais. Princípios, diretrizes e níveis de análise. Sistema de governança. Práticas de governança	162
Gestão de Riscos: princípios, objetos, técnicas, modelos nacionais e internacionais, integração ao planejamento. Processo de Gestão de Riscos: comunicação, consulta, contextualização, identificação, análise, tratamento, monitoramento e retroalimentação. Boas práticas de gestão de Riscos	165
Processo de formulação e desenvolvimento de políticas: construção de agendas, formulação de políticas, implementação de políticas, financiamento de políticas públicas, indicadores de desempenho de políticas públicas.....	167
As políticas públicas no Estado brasileiro contemporâneo; descentralização e democracia; participação, atores sociais e controle social; gestão local, cidadania e equidade social.....	176
Lei Federal nº 12.527/2011 e suas alterações (Lei de Acesso à Informação).	178
Lei Complementar nº 131/2009 (Lei da Transparência).....	191
Questões	193
Gabarito.....	204

FLUÊNCIA EM DADOS

Conceitos, atributos, métricas, transformação de Dados. Análise de dados. Agrupamentos. Tendências. Projeções	1
Conceitos de Analytics	2
Aprendizado de Máquina. Inteligência Artificial. Processamento de Linguagem Natural.....	3
Governança de Dados: conceito, tipos (centralizada, compartilhada e Colegiada).....	7
Big Data. Big Data em relação a outras disciplinas. Ciência dos dados. Ciclo de vida do processo de ciência de dados. Papéis dos envolvidos em projetos de Ciência de dados e Big Data. Arquitetura de Big Data. Modelos de entrega e distribuição de serviços de Big Data. Plataformas de computação em nuvem para Big Data. Soluções para Big Data.....	8
Computação em nuvens.....	15
Linguagens de programação para ciência de dados: linguagem Python e R.....	19
Ciência de dados: Importância da informação. Bancos de dados não relacionais: bancos de dados NoSQL; Modelos Nosql. Principais SGBD's	30

SUMÁRIO

SUMÁRIO



QUESTÕES.....	44
GABARITO	51

DIREITO TRIBUTÁRIO

Competência Tributária; Imunidades; Capacidade Tributária	1
Limitações Constitucionais do Poder de Tributar	4
Princípios Constitucionais Tributários; Conceito e Classificação dos Tributos; Tributos de Competência da União; Tributos de Competência dos Estados; Tributos de Competência dos Municípios	6
Legislação Tributária	48
Fontes do Direito Tributário	50
Vigência da Legislação Tributária; Aplicação da Legislação Tributária; Interpretação e Integração da Legislação Tributária	53
Obrigação Tributária Principal e Acessória; Sujeição Ativa e Passiva; Domicílio Tributário; Responsabilidade Tributária; Conceito;; Responsabilidade dos Sucessores; Responsabilidade por Infrações; Responsabilidade de Terceiros.....	55
Fato Gerador da Obrigac�o Tributária; Constituição do Crédito Tributário; Extinção do Crédito Tributário; Modalidades; Crédito Tributário; Conceito; Suspensão da Exigibilidade do Crédito Tributário; Modalidades; Exclusão do Crédito Tributário; Modalidades; Garantias e Privilégios do Crédito Tributário.....	63
Solidariedade.....	74
Lançamento. Modalidades de Lançamento; Hipóteses de alteração do lançamento ...	75
Pagamento Indevido.....	78
Administração Tributária; D�vida Ativa; Certidões Negativas; Fiscalização.....	78
Sigilo Fiscal	82
Processo Administrativo Fiscal (Decreto n� 70.235, de 6 de março de 1972)	90
Questões	105
Gabarito.....	115

DIREITO CONSTITUCIONAL

Teoria Geral do Estado.....	1
Os poderes do Estado e as respectivas funções	7
Teoria geral da Constituição: Conceito; Origens; Conteúdo; Estrutura; Classificação; Tipos de Constituição; Poder constituinte	12
Supremacia da Constituição.....	24
Os princípios constitucionais; Dos princípios fundamentais da Constituição da República Federativa do Brasil.....	25

SUMÁRIO



Constituição: Interpretação e controle de constitucionalidade; Normas constitucionais e inconstitucionais; Competência dos tribunais; Efeitos da decisão no controle de constitucionalidade	27
Emenda, reforma e revisão constitucional	39
Hierarquia das normas jurídicas.....	40
Dos direitos e garantias fundamentais	41
Da organização do Estado político-administrativo: Da Administração Pública; Dos servidores públicos civis.....	59
A organização dos Poderes: O Poder Legislativo; A fiscalização contábil, financeira e orçamentária; O Controle Externo e os Sistemas de Controle Interno; Tribunal de Contas da União.....	68
O Poder Executivo: O Presidente e o Vice-Presidente da República; As atribuições do Presidente da República; A responsabilidade do Presidente da República; Os Ministros de Estado.....	77
O Poder Judiciário: Disposições Gerais; O Supremo Tribunal Federal; O Superior Tribunal de Justiça	82
O Ministério Público.....	105
A defesa do Estado e das instituições democráticas	110
Da tributação e do orçamento: Sistema Tributário Nacional; Das finanças públicas; Do orçamento.....	116
Da ordem social.....	157
Das disposições gerais.....	182
Das disposições constitucionais transitórias	185
Questões	228
GABARITO	238

DIREITO ADMINISTRATIVO

Administração pública: princípios básicos.....	1
Poderes administrativos: poder hierárquico, poder disciplinar, poder regulamentar, poder de polícia, uso e abuso do poder	7
Ato administrativo: conceito, requisitos e atributos; anulação, revogação e convalidação; discricionariedade e vinculação.....	18
Organização administrativa: administração direta e indireta; centralizada e descentralizada; autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista; Órgãos públicos: conceito, natureza e classificação	37
Consórcios públicos (Lei nº 11.107/2005)	46
Servidores públicos: cargo, emprego e função públicos	51

SUMÁRIO

SUMÁRIO



Lei nº 8.112/1990 (Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União e alterações): disposições preliminares; provimento, vacância, remoção, redistribuição e substituição; direitos e vantagens: vencimento e remuneração, vantagens, férias, licenças, afastamentos, direito de petição; regime disciplinar: deveres e proibições, acumulação, responsabilidades, penalidades; processo administrativo disciplinar	56
Processo administrativo (Lei nº 9.784/1999).....	103
Controle e responsabilização da administração: controle administrativo; controle judicial; controle legislativo	114
Responsabilidade extracontratual do Estado	119
Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992).....	124
Nova Lei de Licitações e Contratos da Administração Pública (Lei nº 14.133/2021)....	139
Serviços públicos: Conceito, pressupostos constitucionais, regime jurídico, princípios do serviço público, usuário, titularidade; Delegação de serviço público: autorização, permissão e concessão.....	213
Bens públicos: regime jurídico, classificação, administração, aquisição e alienação, utilização por terceiros: autorização de uso, permissão de uso, concessão de uso, concessão de direito real de uso e cessão de uso	232
Intervenção do Estado na propriedade: desapropriação, servidão administrativa, tombamento, requisição administrativa, ocupação temporária, limitação administrativa	234
Terceiro Setor: Entes paraestatais	239
Lei Geral de Proteção a Dados (Lei nº 13.709/2018).....	241
Questões	265
Gabarito.....	273

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

Aspectos teóricos e conceituais da Seguridade Social e Previdência Social	1
Seguridade Social: Origem e evolução legislativa no Brasil; Conceituação; Organização e princípios constitucionais.....	2
Legislação previdenciária: Conteúdo, fontes, autonomia; Aplicação das normas previdenciárias; Vigência, hierarquia, interpretação e integração; Orientação dos tribunais superiores	9
Regime Geral de Previdência Social: Princípios e objetivos; O Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS); . Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, em seu enfoque jurídico, atualizada até a data do edital (Lei do custeio); Segurados obrigatórios; Filiação e inscrição; Conceito, características e abrangência de: empregado, empregado doméstico, empresário, contribuinte individual, equiparado ao contribuinte individual, microempreendedor individual (MEI), trabalhador avulso e segurado especial e Segurado facultativo; Conceito, características, filiação e inscrição de: Dependentes	23
Trabalhadores excluídos do Regime Geral	48
Empresa e empregador doméstico: conceito previdenciário.....	57

SUMÁRIO

SUMÁRIO



Financiamento da seguridade social: Receitas da União; Receitas das contribuições sociais: dos segurados, das empresas, do empregador doméstico, do produtor rural, do clube de futebol profissional, de concursos de prognósticos e de outras fontes; Salário de contribuição; Conceito; Parcelas integrantes e parcelas não integrantes; Limites mínimo e máximo; Salário-base: enquadramento, fracionamento, progressão e regressão; Proporcionalidade; Reajustamento; Arrecadação e recolhimento das contribuições destinadas à seguridade social; Obrigações da empresa e demais contribuintes; Prazo de recolhimento	65
Responsabilidade solidária: conceito, natureza jurídica e características: Aplicação na construção civil, na cessão de mão de obra e em grupo econômico.....	76
Isenções e parcelamentos de contribuições: requisitos, manutenção e perda.....	85
Crimes contra a seguridade social	94
Infrações à legislação previdenciária	102
Questões	112
GABARITO	121

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Imposto sobre a Importação: Princípios e regras constitucionais aplicáveis ao imposto; Fato gerador; Contribuinte; Base de cálculo; Apuração	1
Imposto sobre a Exportação: Princípios e regras constitucionais aplicáveis ao imposto; Fato gerador; Contribuinte; Base de cálculo; Apuração	8
Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural: Princípios e regras constitucionais aplicáveis ao imposto; Competência e sujeito ativo; Fato gerador; Contribuinte; Base de cálculo; Apuração	18
Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza: Princípios e regras constitucionais aplicáveis ao imposto; Critérios orientadores; Renda e Proventos. Conceito; Disponibilidade Econômica ou jurídica; Acréscimo patrimonial; Tributação das pessoas físicas; Fato Gerador; Contribuintes; Responsáveis; Base de cálculo; Deduções; Tributação exclusiva; Sistema de bases correntes; Recolhimento mensal obrigatório (carnê-leão); Tributação Definitiva; Ajuste Anual; Tributação das pessoas jurídicas; Fato gerador; Contribuintes; Responsáveis; Base de cálculo; Despesas dedutíveis e indedutíveis; Lucro real; Lucro presumido; Lucro arbitrado; Lucros, rendimentos e ganhos de capital obtidos no exterior; Preço de transferência; Investimentos em sociedades coligadas e controladas avaliados pelo método do patrimônio líquido; Reorganizações societárias; Tributação na fonte; Regime de caixa e regime de competência; Apuração	27
Imposto sobre Produtos Industrializados: Princípios e regras constitucionais aplicáveis ao imposto; Fato gerador; Contribuinte; Base de cálculo	39
Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários - IOF: Princípios e regras constitucionais aplicáveis ao imposto; Fato gerador; Contribuinte; Base de cálculo; Apuração	47

SUMÁRIO

SUMÁRIO



Contribuições Sociais: Princípios e regras constitucionais aplicáveis às contribuições sociais; Contribuição para o PIS/Pasep e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS; Princípios e regras constitucionais aplicáveis às contribuições; Regime de apuração cumulativa; Fato gerador; Contribuinte; Base de cálculo; Apuração; Regime de apuração não cumulativa; Fato gerador; Contribuinte; Créditos; Base de cálculo; Apuração.....	60
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido: Princípios e regras constitucionais aplicáveis à contribuição; Fato gerador; Contribuinte; Base de cálculo; Apuração.....	69
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool etílico combustível - Cide-Combustíveis (Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001); Princípios e regras constitucionais aplicáveis à contribuição; Fato gerador; Contribuinte; Base de cálculo; Apuração.....	79
Contribuição de Intervenção de Domínio Econômico destinada a financiar o Programa de Estímulo à Interação Universidade-Empresa para o Apoio à Inovação (Lei nº 10.168, de 29 de dezembro de 2000); Princípios e regras constitucionais aplicáveis à contribuição; Fato gerador; Contribuinte; Base de cálculo; Apuração	84
Questões	95
GABARITO	102

LEGISLAÇÃO ADUANEIRA

Jurisdição Aduaneira: Território Aduaneiro; Portos, Aeroportos e Pontos de Fronteira Alfandegados; Alfandegamento; Recintos Alfandegados; Administração Aduaneira..	1
Controle Aduaneiro de Veículos	6
Impostos, Taxas e Contribuições na Importação e na Exportação: Imposto de Importação; Incidência; Fato Gerador; Base de Cálculo; Cálculo; Contribuintes e Responsáveis; Pagamento e Depósito; Restituição e Compensação; Isenções e Reduções; Imunidade de livros, jornais e periódicos e do papel destinado à sua impressão; Imposto de Exportação; Incidência; Fato Gerador; Base de Cálculo; Cálculo; Contribuintes; Pagamento; Isenções; Incentivos Fiscais na Exportação; Imposto sobre Produtos Industrializados vinculados à Importação; Incidência; Fato Gerador; Base de Cálculo; Cálculo; Contribuinte; Prazo de Recolhimento; Isenções; Imunidades de Livros, Jornais e Periódicos e do Papel Destinado à sua Impressão; Suspensão do Pagamento; Contribuição para o PIS/PASEP-Importação e da COFINS-Importação; Incidência; Fato Gerador; Base de Cálculo; Contribuintes e Responsáveis Solidários; Isenções; Pagamento; Suspensão do Pagamento; Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS na Importação de Cigarros; Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – Combustíveis (CIDE-Combustíveis); Incidência; Fato Gerador; Contribuinte e Responsável Solidário; Base de Cálculo; Alíquota; Pagamento; Isenções; Taxa de Utilização do Siscomex	14

SUMÁRIO



Regimes Aduaneiros Especiais e Aplicados em Áreas Especiais: Trânsito Aduaneiro; Admissão Temporária; Admissão Temporária para Aperfeiçoamento Ativo; Drawback; Entrepasto Aduaneiro; Regime de Entrepasto Aduaneiro sob Controle Aduaneiro Informatizado – Recof; Regime Aduaneiro Especial de Importação de Insumos Destinados a Industrialização por Encomenda de Produtos Classificados nas Posições 8701 a 8705 da NCM – Recom; Exportação Temporária; Exportação Temporária para Aperfeiçoamento Passivo; Regime Aduaneiro Especial de Exportação e de Importação de Bens Destinados às Atividades de Pesquisa e Lavra das Jazidas de Petróleo e Gás Natural – Repetro; Regime Aduaneiro Especial de Importação de Petróleo Bruto e seus Derivados – Repex; Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária – Reporto; Loja Franca; Depósito Especial; Depósito Afiançado; Depósito Alfandegado Certificado; Regimes Aduaneiros Aplicados em Áreas Especiais; Zona Franca de Manaus; Áreas de Livre Comércio; Zonas de Processamento de Exportação (ZPE).....	31
Controle Aduaneiro de Mercadorias: Despacho Aduaneiro; Despacho de Importação; Despacho de Exportação; Casos Especiais; Revisão Aduaneira; Normas Especiais; Mercadorias provenientes de naufrágio e outros acidentes; Abandono de Mercadoria ou de Veículo; Avaria, Extravio e Acréscimo; Mercadorias presumidas idênticas; Tráfego Postal; Tráfego de Cabotagem	52
Infrações e Penalidades Aduaneiras: Pena de perdimento; Multas; Sanções Administrativas; Relevação de penalidades; Representação Fiscal para Fins Penais; Infrações praticadas pelos Órgãos da Administração Pública	61
Crédito Tributário, Processo Fiscal e Controle Administrativo Específico da Área Aduaneira: Crédito Tributário; Lançamento de ofício; Acréscimos Legais; Decadência e Prescrição; Termo de Responsabilidade; Processo Fiscal; Processo de determinação e exigência de crédito tributário; Processo de perdimento; Processo de aplicação de penalidade pelo transporte rodoviário de mercadoria sujeita a pena de perdimento; Processo de aplicação de sanções administrativas aos intervenientes nas operações de comércio exterior; Processos de aplicação e de exigências dos direitos antidumping e compensatórios; Processos de consulta; Controle Administrativo Específico; Destinação de mercadorias; Controle de processos e de declarações; Atividades relacionadas aos serviços aduaneiros; Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização (FUNDAF)	88
Questões	113
GABARITO	120

SUMÁRIO



INTERPRETAÇÃO E ORGANIZAÇÃO INTERNA

A compreensão interpretativa é uma etapa avançada da leitura, na qual o leitor não se limita a decodificar palavras ou identificar informações explícitas no texto, mas também busca interpretar as intenções do autor, inferir significados implícitos e distinguir entre afirmações factuais e opiniões. Essa capacidade de interpretar um texto em níveis mais profundos é essencial para o desenvolvimento de uma leitura crítica e para a formação de leitores autônomos e reflexivos.

A interpretação vai além do óbvio, exigindo que o leitor se envolva com o texto, compreendendo as entrelinhas, reconhecendo os pontos de vista do autor e sendo capaz de avaliar a validade das informações apresentadas.

► Propósito do Autor

Um dos aspectos centrais da compreensão interpretativa é a identificação do propósito do autor. Para compreender o texto em profundidade, é essencial que o leitor seja capaz de reconhecer por que o autor o escreveu e qual é sua intenção principal. O propósito de um texto pode variar consideravelmente: o autor pode querer informar, persuadir, entreter, explicar, criticar, ou até mesmo provocar reflexões e debates sobre temas complexos. Identificar esse propósito é importante porque ele orienta a maneira como o leitor interpreta o conteúdo e reage às informações apresentadas.

Quando o propósito do autor é informar, ele busca transmitir conhecimentos ou dados de maneira objetiva, sem, em princípio, tentar influenciar a opinião do leitor. Textos jornalísticos, científicos e relatórios são exemplos típicos desse tipo de intenção. Já em textos cujo objetivo é persuadir, o autor tenta convencer o leitor a adotar uma determinada postura ou ideia, utilizando argumentos, retórica e técnicas de persuasão. É o caso, por exemplo, de artigos de opinião, editoriais e propagandas. Quando o texto busca entreter, a intenção do autor é envolver o leitor por meio de histórias, emoções ou humor, como ocorre na literatura de ficção, no teatro e nas narrativas humorísticas.

Reconhecer o propósito do autor é fundamental porque, ao fazer isso, o leitor pode ajustar sua interpretação para captar melhor as intenções por trás do discurso. Isso o ajuda a compreender as escolhas linguísticas, o tom e a organização do texto. Por exemplo, em um artigo persuasivo, o autor pode selecionar dados e argumentos que favoreçam seu ponto de vista, enquanto, em um texto informativo, ele deve se ater a uma apresentação mais equilibrada dos fatos. Assim, a clareza quanto ao propósito do autor aprimora a leitura crítica e permite que o leitor avalie o texto com maior precisão.

► Informações Implícitas

Outro aspecto essencial da compreensão interpretativa é a habilidade de identificar informações implícitas no texto. Informações implícitas são aquelas que não estão declaradas de forma explícita, mas que podem ser inferidas pelo leitor com base no contexto, na estrutura textual e nos indícios linguísticos. Para interpretar corretamente essas informações, o leitor precisa “ler nas entrelinhas”, isto é, captar significados que vão além das palavras ditas ou escritas.

Muitas vezes, os autores não expõem todas as informações diretamente, deixando que o leitor faça deduções a partir do que foi apresentado. Esse tipo de comunicação é comum em textos literários, mas também pode ocorrer em textos argumentativos, jornalísticos e outros gêneros.

Por exemplo, em uma narrativa literária, um autor pode descrever a expressão de um personagem ou a ambientação de uma cena sem revelar diretamente seus sentimentos ou intenções, deixando que o leitor faça a inferência sobre o estado emocional ou as motivações do personagem. Em textos de opinião, o autor pode sugerir, de forma indireta, sua visão sobre um assunto sem afirmá-la de modo explícito, utilizando uma escolha de palavras ou uma estrutura argumentativa que conduza o leitor a uma conclusão.



O domínio da língua inglesa não se limita apenas ao conhecimento de regras gramaticais e ao vocabulário formal ensinado nos livros didáticos. Com a rápida evolução da sociedade e da tecnologia, a linguagem inglesa também tem passado por mudanças significativas. As formas contemporâneas da língua são influenciadas por uma variedade de fatores, incluindo cultura pop, mídias sociais, avanços tecnológicos e globalização. Vamos explorar esses elementos e entender como o inglês moderno se difere em muitos aspectos do inglês “tradicional”.

Influência da Cultura Pop e Mídias Sociais

As músicas, filmes, séries de televisão e redes sociais têm um impacto significativo sobre como a língua inglesa é usada hoje em dia. Por exemplo, termos como “ghosting” (ignorar alguém intencionalmente) ou “FOMO” (Fear of Missing Out; medo de ficar por fora) são produtos diretos da cultura contemporânea.

Abreviações e Neologismos

Em um mundo acelerado e digitalizado, a eficiência muitas vezes dita as regras da comunicação. Isso é evidenciado pelo uso frequente de abreviações como “IDK” (I Don’t Know; eu não sei) ou “BRB” (Be Right Back; já volto). Neologismos, ou novas palavras, também surgem continuamente para descrever novos conceitos ou fenômenos, como “webinar” (uma combinação de web e seminar; seminário na web) ou “meme” (uma ideia ou comportamento viral).

Flexibilidade Gramatical

Embora as regras gramaticais não tenham mudado drasticamente, há uma crescente aceitação de formas mais flexíveis e menos formais em contextos não acadêmicos ou profissionais. Por exemplo, a duplicação de intensificadores como em “very very good” ou o uso de “they” como um pronome singular de gênero neutro.

A Globalização e Variações Regionais

O inglês não é mais apenas uma língua do mundo ocidental. Ele é falado globalmente e, conseqüentemente, absorveu várias palavras e expressões de outras línguas e culturas. Além disso, diferentes regiões têm suas próprias variações do inglês, como o “Hinglish” na Índia, que é uma mistura de inglês com hindi.

A Importância de Se Adaptar

Manter-se atualizado com as formas contemporâneas da língua inglesa é crucial, especialmente para os profissionais e estudantes que desejam se comunicar eficazmente em um ambiente globalizado. Isso não significa abandonar o conhecimento do inglês formal, mas sim complementá-lo com o domínio de formas mais atuais e contextuais.

A Dinamicidade do Inglês Contemporâneo

O inglês contemporâneo é uma entidade viva e em constante evolução. Sua riqueza não reside apenas em sua gramática e vocabulário estabelecidos, mas também em sua capacidade de se adaptar e crescer em resposta às mudanças na sociedade e na tecnologia.

Compreender e utilizar as formas contemporâneas da língua não é apenas uma habilidade útil, mas também um passo necessário para se tornar verdadeiramente proficiente e contextualmente sensível em inglês. O domínio dessas formas modernas permite uma comunicação mais rica, mais precisa e mais eficaz, tornando-se um componente indispensável para qualquer pessoa séria sobre a aprendizagem e o uso do inglês no mundo atual.



A habilidade de discernir e construir relações lógicas entre entidades diversas é uma competência fundamental no pensamento analítico. Ela permite que um indivíduo percorra informações e estabeleça conexões significativas, mesmo quando os elementos envolvidos são abstratos ou hipotéticos. Ao explorar este domínio, desenvolve-se a capacidade de extrair conclusões válidas e verificar a solidez das premissas subjacentes. Tal habilidade é crucial para a resolução de problemas complexos e para a tomada de decisões informadas em uma variedade de contextos.

Agora, veremos os conteúdos necessários para aprimorar essa habilidade:

LÓGICA PROPOSICIONAL

Uma proposição é um conjunto de palavras ou símbolos que expressa um pensamento ou uma ideia completa, transmitindo um juízo sobre algo. Uma proposição afirma fatos ou ideias que podemos classificar como verdadeiros ou falsos. Esse é o ponto central do estudo lógico, onde analisamos e manipulamos proposições para extrair conclusões.

▸ Valores Lógicos

Os valores lógicos possíveis para uma proposição são:

- Verdadeiro (V), caso a proposição seja verdadeira.
- Falso (F), caso a proposição seja falsa.

Esse fato faz com que cada proposição seja considerada uma declaração monovalente, pois admite apenas um valor lógico: verdadeiro ou falso.

▸ Axiomas fundamentais

Os valores lógicos seguem três axiomas fundamentais:

▪ **Princípio da Identidade:** uma proposição é idêntica a si mesma. Em termos simples: $p \equiv p$. Exemplo: “Hoje é segunda-feira” é a mesma proposição em qualquer contexto lógico.

▪ **Princípio da Não Contradição:** uma proposição não pode ser verdadeira e falsa ao mesmo tempo. Exemplo: “O céu é azul e não azul” é uma contradição.

▪ **Princípio do Terceiro Excluído:** toda proposição é ou verdadeira ou falsa, não existindo um terceiro caso possível. Ou seja: “Toda proposição tem um, e somente um, dos valores lógicos: V ou F.” Exemplo: “Está chovendo ou não está chovendo” é sempre verdadeiro, sem meio-termo.

▸ Classificação das Proposições

Para entender melhor as proposições, é útil classificá-las em dois tipos principais:

Sentenças Abertas

São sentenças para as quais não se pode atribuir um valor lógico verdadeiro ou falso, pois elas não exprimem um fato completo ou específico. São exemplos de sentenças abertas:

- Frases interrogativas: “Quando será a prova?”
- Frases exclamativas: “Que maravilhosos!”
- Frases imperativas: “Desligue a televisão.”



Conceito

Contabilidade é a ciência social que registra fenômenos financeiros e econômicos que estão atrelados com PATRIMÔNIO (bens, direitos e obrigações) da entidade (pode ser pessoa física ou jurídica; exemplo: empresa, organização ou cia).

Tem como objetivo gerar relatórios com interpretação das mudanças que ocorreram com o patrimônio da empresa e auxiliar na tomada de decisões dos usuários.

Objetivo

O objetivo da Contabilidade é estudar e compreender o patrimônio, que é formado por:

- BENS: prédios, veículos, máquinas, estoque, etc;
- DIREITOS: contas a receber (exemplo, cliente que efetua o pagamento) que pode ser de curto ou longo prazo;
- OBRIGAÇÕES: contas a pagar (exemplo, boletos de fornecedores, empréstimos) que são em curto ou longo prazo;

E com identificação das alterações do patrimônio, expor os dados aos usuários ligados à entidade (internos e externos) para desenvolver objetivos para a organização.

Finalidade

A contabilidade tem por finalidade organizar, analisar e mensurar a riqueza da empresa. Com coleta e registro das mudanças do patrimônio, é possível visualizar o desenvolvimento da organização junto ao mercado.

Além de acompanhar os resultados, compreendendo os dados financeiros é possível a tomada de decisão pelos usuários da entidade. Com o atual cenário econômico, a contabilidade passou a ser um importante direcionador de estratégias definindo diretrizes a serem tomadas pelas empresas.

Usuários

Com as informações contábeis analisadas e registradas, os dados para criação de medidas ficam adequados para os usuários **internos** e **externos**. Que são:

Internos: são aqueles que estão ligados diretamente à empresa, que precisam acompanhar o crescimento, rentabilidade, verificar a criação de projetos. Com os dados, os usuários internos podem saber o melhor momento de expansão da empresa, como criação de filial; aumentar folha de pagamento; aumento ou diminuição dos lucros. São eles:

- Sócios e proprietários;
- Acionista;
- Empregados;
- Administradores.

Externos: esses usuários costumam analisar qual a situação da empresa no mercado, eles procuram saber quais as condições financeiras da empresa, se a mesma tem capacidade de cumprir com suas obrigações para realizar operações de crédito (score) e se está em dia com suas obrigações tributárias. Resumindo, os usuários externos precisam saber se a empresa está cumprindo com os seus compromissos para que assim possam negociar. São eles:

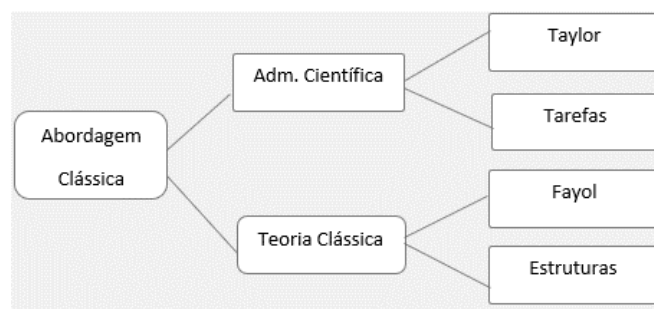


PRINCIPAIS ABORDAGENS DA ADMINISTRAÇÃO (CLÁSSICA ATÉ CONTINGENCIAL)

É importante perceber que ao longo da história a Administração teve abordagens e ênfases distintas. Apesar de existir há pouco mais de 100 (cem) anos, como todas as ciências, a Administração evoluiu seus conceitos com o passar dos anos.

De acordo com o Professor Idalberto Chiavenato (escritor, professor e consultor administrativo), a Administração possui 7 (sete) abordagens, onde cada uma terá seu aspecto principal e agrupamento de autores, com seu enfoque específico. Uma abordagem, poderá conter 2 (duas) ou mais teorias distintas. São elas:

- 1. Abordagem Clássica:** que se desdobra em Administração científica e Teoria Clássica da Administração.
- 2. Abordagem Humanística:** que se desdobra principalmente na Teoria das Relações Humanas.
- 3. Abordagem Neoclássica:** que se desdobra na Teoria Neoclássica da Administração, dos conceitos iniciais, processos administrativos, como os tipos de organização, departamentalização e administração por objetivos (APO).
- 4. Abordagem Estruturalista:** que se desdobra em Teoria Burocrática e Teoria Estruturalista da Administração.
- 5. Abordagem Comportamental:** que é subdividida na Teoria Comportamental e Teoria do Desenvolvimento Organizacional (DO).
- 6. Abordagem Sistêmica:** centrada no conceito cibernético para a Administração, Teoria Matemática e a Teoria de Sistemas da Administração.
- 7. Abordagem Contingencial:** que se desdobra na Teoria da Contingência da Administração.



► Origem da Abordagem Clássica

1 — O crescimento acelerado e desorganizado das empresas:

- Ciência que substituiu o empirismo;
- Planejamento de produção e redução do improviso.

2 — Necessidade de aumento da eficiência e a competência das organizações:

- Obtendo melhor rendimento em face da concorrência;
- Evitando o desperdício de mão de obra.



DADOS

Os dados representam informações que podem ser armazenadas, manipuladas e analisadas por sistemas computacionais. Eles podem ser numéricos, textuais, booleanos, imagens, vídeos ou qualquer outra forma de informação digital. Dados isolados não possuem significado, mas, quando organizados e interpretados, tornam-se informações.

Tipos de Dados

- **Estruturados:** organizados em um formato fixo, como tabelas de bancos de dados.
- **Semiestruturados:** possuem alguma organização, mas não seguem um formato fixo, como arquivos XML e JSON.
- **Não estruturados:** sem um formato predefinido, como imagens, áudios e vídeos.

Atributos de Dados

Os atributos são as características ou propriedades de um dado. Eles descrevem os elementos dentro de um conjunto de dados. Tipos de Atributos:

- **Nominais:** categóricos sem ordem específica (exemplo: cores, nomes de cidades).
- **Ordinais:** categóricos com uma ordem definida (exemplo: pequeno, médio, grande).
- **Numéricos:** Podem ser discretos (valores contáveis), como número de alunos em uma sala, ou contínuos (valores dentro de um intervalo), como altura ou peso.

Métricas de Dados

As métricas são medidas utilizadas para avaliar conjuntos de dados. Algumas das principais são:

- **Médias Estatísticas:** média, mediana e moda.
- **Dispersão:** variância, desvio padrão e amplitude.
- **Correlação:** mede a relação entre dois conjuntos de dados.
- **Integridade:** verifica se os dados estão completos e consistentes.
- **Qualidade:** avalia a precisão, confiabilidade e atualização dos dados.

Transformação de Dados

A transformação de dados é o processo de converter os dados em um formato adequado para análise e processamento. Algumas técnicas incluem:

- **Normalização:** Processo de ajuste de valores para um padrão comum. Exemplo: converter notas de diferentes escalas para uma mesma faixa (0 a 10).
- **Padronização:** Transforma os dados para que tenham uma distribuição estatística conhecida, geralmente com média zero e desvio padrão um.
- **Discretização:** Converte dados contínuos em categorias. Exemplo: converter idades exatas em faixas etárias (0-18, 19-35, 36-60, 60+).
- **Limpeza de Dados:** Identifica e corrige erros, como valores duplicados, ausentes ou inconsistentes.
- **Integração de Dados:** Combina informações de diferentes fontes para formar um único conjunto de dados coerente.



Classificação

A doutrina majoritária classifica a competência tributária em:

▪ Competência Privativa

Refere-se à competência para criar impostos atribuída com exclusividade a um ente político. Os impostos tiveram sua competência para instituição definida pela CF de maneira privativa.

Assim, cabe privativamente a instituição dos seguintes impostos:

- a) À União: IR, II, IE, IOF, IPI, IEG, IGF, ITR, impostos residuais.
- b) Aos Estados e DF: IPVA, ITCMD, ICMS.
- c) Aos Municípios e DF: ISS, IPTU, ITBI.

A lista de impostos dos Estados, DF e Municípios é absolutamente exaustiva, não podendo instituírem quaisquer outros. Já a da União é exemplificativa, já que os impostos residuais permitem a criação de uma série de outros impostos por meio de lei complementar, inclusive permitindo a bitributação¹ e o *bis in idem*².

▪ Competência Tributária Comum

Ela é comum quando todos os entes federativos podem instituir os mesmos tributos, como por exemplo as taxas e contribuição de melhoria.

▪ Competência Tributária Cumulativa

Prevista no art. 147 da CF/88, refere-se à competência da União em instituir impostos estaduais nos Territórios, os Municipais, caso eles não sejam divididos em Municípios, e da competência do DF instituir os impostos municipais em seu território.

CF, Art. 147. Competem à União, em Território Federal, os impostos estaduais e, se o Território não for dividido em Municípios, cumulativamente, os impostos municipais; ao Distrito Federal cabem os impostos municipais.

▪ Competência Tributária Plena

A União poderá instituir e cobrar todos os tributos previstos na Constituição da República, em caso de criação de Território e não sendo este, subdividido em Municípios. Seria o único caso de competência tributária plena.

Entretanto, ela pode também, no caso de guerra externa ou sua iminência, exercer a bitributação e o *bis in idem*.

Exercício da competência tributária

O exercício do poder atribuído é uma faculdade, não uma imposição constitucional. Cada ente decide, de acordo com seus critérios de oportunidade e conveniência política, sobre seu exercício.

¹ Bitributação é um fenômeno do direito tributário que leva à tributação dupla de um mesmo fato gerador, realizada por dois entes diferentes. Ou seja: dois poderes públicos (União, estados e municípios, por exemplo) cobram um tributo do contribuinte sobre a mesma operação.

² O *bis in idem* é um fenômeno do direito que consiste na repetição (*bis*) de uma sanção sobre o mesmo fato (*in idem*). Ele pode ocorrer em diversas áreas do direito brasileiro, como no ramo do Direito Tributário, quando o mesmo ente tributante cobra um tributo do mesmo contribuinte sobre o mesmo fato gerador várias vezes. É importante destacar que o *bis in idem* não pode ser confundido com a bitributação, que ocorre quando entes distintos realizam a cobrança do mesmo tributo sobre um mesmo contribuinte.



ORIGEM, FORMAÇÃO E EVOLUÇÃO DO ESTADO

► Formas pré-estatais de organização política

Antes do surgimento do Estado propriamente dito, os grupos humanos já apresentavam formas de organização social e política. Essas estruturas eram mais simples, baseadas em vínculos familiares, religiosos, econômicos ou militares, sem a presença de uma autoridade política institucionalizada nos moldes atuais. A convivência humana, desde as comunidades primitivas, exigia regras mínimas de conduta, formas de liderança e mecanismos de solução de conflitos, ainda que não existisse um poder soberano centralizado.

Nas sociedades tribais, por exemplo, a autoridade costumava estar associada à tradição, à força física, à idade, à experiência ou ao prestígio religioso. O chefe, o patriarca, o conselho de anciãos ou o líder guerreiro exerciam funções de comando, mas esse poder não se confundia com o Estado moderno, pois faltavam elementos como território juridicamente delimitado, soberania institucional e organização permanente do poder.

Principais formas pré-estatais

- **Família patriarcal:** organização baseada na autoridade do chefe familiar, responsável pela direção econômica, moral e religiosa do grupo.
- **Clã:** agrupamento de famílias ligadas por origem comum, real ou simbólica, com forte identidade coletiva.
- **Tribo:** reunião de clãs ou grupos familiares mais amplos, geralmente unidos por costumes, língua, religião e defesa comum.
- **Cidade antiga:** forma mais complexa de organização, já próxima da estrutura estatal, como ocorreu nas cidades gregas e romanas.

Essas formações demonstram que o Estado não surgiu de maneira repentina, mas como resultado de um longo processo de complexificação social. À medida que os grupos humanos cresceram, surgiram novas necessidades: defesa do território, organização da produção, controle de conflitos, criação de normas e definição de autoridades estáveis. Esse processo preparou o caminho para o surgimento das primeiras formas de Estado.

► Teorias sobre a origem do Estado

A origem do Estado é explicada por diferentes teorias. Nenhuma delas, isoladamente, esgota o fenômeno estatal, pois o Estado é resultado de fatores históricos, sociais, econômicos, culturais e políticos. Ainda assim, essas teorias ajudam a compreender como a doutrina procurou justificar o nascimento do poder político organizado.

Teorias principais

- **Teoria naturalista:** entende que o Estado surgiu naturalmente da própria sociabilidade humana. O ser humano, por viver em sociedade, teria desenvolvido formas de organização política cada vez mais complexas.
- **Teoria contratualista:** sustenta que o Estado nasceu de um acordo entre indivíduos, que renunciaram a parte de sua liberdade para criar uma autoridade comum capaz de garantir ordem, segurança e proteção.
- **Teoria da força:** afirma que o Estado teria origem na dominação de grupos mais fortes sobre grupos mais fracos, especialmente por meio da guerra, conquista e imposição do poder.
- **Teoria econômica:** relaciona o surgimento do Estado à necessidade de organizar a produção, proteger a propriedade e administrar desigualdades sociais e econômicas.



Podemos considerar o Direito Administrativo como um ramo autônomo do Direito que se encontra dependente de um acoplado de regras e princípios próprios. Todavia, ainda não existe uma norma codificada, não havendo, desta forma, um Código de Direito Administrativo.

Por esta razão, as regras que regem a atuação da Administração Pública em sua relação com os administrados, seus agentes públicos, organização interna e na prestação de seus serviços públicos, encontram-se esparsas no ordenamento jurídico pátrio, onde a principal fonte normativa é a Constituição Federal.

O regime jurídico brasileiro possui dois princípios justificadores das prerrogativas e restrições da Administração, sendo eles, o princípio da Supremacia do Interesse Público e o princípio da Indisponibilidade do Interesse Público.

Sobre o tema em estudo, a jurista Maria Sylvia Zanella Di Pietro ensina que há diferenças relevantes entre o regime jurídico da Administração Pública e o regime jurídico administrativo.

Vejamos:

REGIME JURÍDICO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO
É um regime mais abrangente	É um regime reservado para as relações jurídicas incidentes nas normas de direito público
Consiste nas regras e princípios de direito público e privado por meio dos quais, a Administração Pública pode se submeter em sua atuação	O ente público assume uma posição privilegiada em relação ao particular

► Princípios de Direito Administrativo

Os princípios de direito administrativo são regras que direcionam os atos da Administração Pública. Os princípios podem vir expressos na Constituição Federal, bem como também podem ser implícitos, ou seja, não estão listados na Constituição, porém, possuem a mesma forma normativa.

O artigo 37, *caput* da Constituição Federal de 1.988, predispõe acerca dos princípios administrativos dispondo que a Administração Pública direta e indireta de qualquer dos poderes da União, dos Estados do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Entretanto, é importante ressaltar que o rol de princípios constitucionais do Direito Administrativo não se exaure no art. 37, *caput* da CFB/1988, sendo estes, os já mencionados princípios implícitos.

Princípios Expressos:

São os seguintes: Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência.

Vejamos em apartado, cada um deles:

Legalidade:

Por meio do princípio da legalidade, a Administração Pública só pode atuar conforme a lei, tendo em vista que todas as suas atividades se encontram subordinadas à legislação.

Ressalta-se que de modo diverso da Legalidade na seara civil, onde o que não está proibido está permitido, nos termos do art.5º, II, CFB/88, na Legalidade Administrativa, o administrado poderá atuar somente com prévia autorização legal, haja vista que não havendo autorização legal, não poderá a Administração agir.



A Seguridade Social é um sistema integrado de proteção social (saúde, assistência e previdência) previsto na Constituição de 1988, visando garantir mínimos sociais e dignidade humana. Diferencia-se da Previdência, que é um sub-ramo contributivo obrigatório para substituir a renda do trabalhador, por ser o “gênero” que engloba ações públicas e privadas

A Seguridade Social, nos termos do art. 194 da Constituição Federal, “compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social”.

A Seguridade Social engloba, portanto, um conceito amplo, abrangente, universal, destinado a todos que dela necessitem, desde que haja previsão na lei sobre determinado evento a ser coberto. É na verdade, o gênero do qual são espécies a Previdência Social, a Assistência Social e a Saúde.

A Previdência Social é um sistema contributivo obrigatório que visa proteger o trabalhador e sua família contra riscos como doença, invalidez, idade avançada e morte, substituindo a renda.

A Previdência Social, com o advento da Constituição Federal de 1988, tornou-se a única categoria de proteção social que requer contribuição dos segurados como condição para ampará-los.

É importante frisar que a Constituição estabelece no caput do art. 194 que a seguridade social compreende um conjunto integrado de ações destinadas a assegurar os direitos fundamentais relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988 (CF/1988), muitos avanços ocorreram na seguridade social. A saúde passou a ser um dever do Estado e um direito de todos, independentemente de contribuição. É dever do Estado prestar assistência social às pessoas carentes, sem exigência de contribuição, como forma de assegurar o mínimo existencial, materializando o corolário da dignidade da pessoa humana. A Previdência Social tornou-se a única modalidade de proteção social que exige contribuição dos segurados, como condição para ampará-los de futuros infortúnios sociais e de outras situações que merecem amparo (riscos sociais).

Conforme estabelece o art. 201 da CF/1988, a Previdência Social atenderá, nos termos da lei: a) cobertura dos eventos de doença, invalidez, morte e idade avançada; b) proteção à maternidade, especialmente à gestante; c) proteção ao trabalhador em situação de desemprego involuntário; d) salário-família e auxílio-reclusão para os dependentes dos segurados de baixa renda; e e) pensão por morte do segurado, homem ou mulher, ao cônjuge ou companheiro e dependentes.

A previdência social está organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e filiação obrigatória. Ademais, toda pessoa física que exerça alguma atividade remunerada será, obrigatoriamente, filiada ao Regime Geral de Previdência Social, exceto se esta atividade gerar filiação obrigatória a Regime Próprio de Previdência Social.



ESTRUTURA CONSTITUCIONAL DO IMPOSTO SOBRE A IMPORTAÇÃO

O Imposto sobre a Importação é um tributo de competência da União, previsto na Constituição Federal como instrumento relacionado ao comércio exterior e à política econômica do país. Sua principal função não é apenas arrecadatória, mas também regulatória, razão pela qual é classificado como um imposto de forte natureza extrafiscal. Isso significa que o governo pode utilizar o imposto para estimular ou restringir a entrada de produtos estrangeiros no território nacional, conforme os interesses econômicos, industriais e comerciais do país.

A Constituição Federal autoriza a União a instituir e regulamentar o Imposto sobre a Importação, conferindo ao Poder Executivo certa flexibilidade para alterar suas alíquotas sem a necessidade de aprovação de nova lei em cada modificação. Essa característica existe porque o comércio internacional sofre alterações rápidas e constantes, exigindo respostas igualmente rápidas do Estado. Assim, o Executivo pode elevar ou reduzir alíquotas para enfrentar situações econômicas específicas, como aumento excessivo das importações, proteção de determinados setores produtivos ou incentivo à entrada de certos produtos considerados estratégicos.

Entre as principais características constitucionais do Imposto sobre a Importação, destaca-se a exceção aos princípios da anterioridade anual e da anterioridade nonagesimal. Em regra, a maioria dos tributos somente pode ser cobrada no exercício financeiro seguinte à criação ou após determinado prazo da publicação da lei. Entretanto, o Imposto sobre a Importação pode ter suas alíquotas alteradas com aplicação imediata, justamente em razão de sua função regulatória e econômica.

Outro ponto importante é a relação do Imposto sobre a Importação com a política econômica e cambial do país. Quando o governo aumenta as alíquotas do imposto, os produtos estrangeiros tendem a ficar mais caros no mercado interno, reduzindo sua competitividade em relação aos produtos nacionais. Por outro lado, a redução das alíquotas pode facilitar a entrada de mercadorias importadas, aumentando a concorrência e ampliando a oferta de produtos no mercado brasileiro.

Mesmo possuindo características especiais, o Imposto sobre a Importação continua submetido aos princípios constitucionais tributários. O princípio da legalidade permanece aplicável, já que a criação do tributo depende de lei. O que a Constituição permite é que o Poder Executivo altere as alíquotas dentro dos limites definidos em lei. Também se aplicam princípios como isonomia tributária, vedação ao confisco e segurança jurídica, embora a capacidade contributiva tenha incidência mais limitada nesse imposto, devido à sua finalidade predominantemente econômica e regulatória.

► Principais características constitucionais do Imposto sobre a Importação

O Imposto sobre a Importação possui características próprias que o diferenciam de diversos outros tributos do sistema tributário brasileiro. Essas particularidades estão diretamente relacionadas à sua função econômica e regulatória, permitindo que o Estado utilize o imposto como mecanismo de controle do comércio exterior e de proteção da economia nacional. Conhecer essas características é fundamental para compreender a lógica de funcionamento do tributo e identificar os pontos mais cobrados em provas:

- Tributo de competência da União
- Incide sobre a entrada de produtos estrangeiros no país
- Possui forte natureza extrafiscal
- Utilizado como instrumento de política econômica e comercial
- Permite alteração de alíquotas pelo Poder Executivo
- Não se submete à anterioridade anual
- Não se submete à anterioridade nonagesimal
- Relaciona-se diretamente com o comércio exterior



JURISDIÇÃO ADUANEIRA¹

A jurisdição aduaneira representa o poder do Estado em opor regras jurídicas sobre território específico.

São exemplos: atividades de fiscalização, controle e exigência de determinadas condutas dos indivíduos que nele se encontram.

Quem será submetido a jurisdição nacional?

Tantos os brasileiros quanto os estrangeiros que estiverem no país (dentro do nosso território), de forma que deverão cumprir todas as normas previstas pela legislação.

A lei que regulamenta a jurisdição aduaneira é o Decreto 6.759/2009 (conhecido como Regulamento Aduaneiro), trata-se de norma infralegal, cuja expedição cabe privativamente ao Presidente da República, por força do artigo 84, IV, da Constituição Federal (poder regulamentar).

Art. 84. *Compete privativamente ao Presidente da República:*

()
IV - sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, bem como expedir decretos e regulamentos para sua fiel execução.

Ainda que os Decretos não possuam força de lei, tanto as pessoas físicas quanto as jurídicas devem respeitar o que ali consta.

O STF já firmou o entendimento de que as normas infralegais aduaneiras podem impor restrições com a finalidade de controle, a exemplo da proibição para a importação de pneus usados, conforme se observa da decisão a seguir:

A relatora (...) afastou (...) o argumento de que as restrições que o Brasil quer aplicar aos atos de comércio não poderiam ser veiculadas por ato regulamentar, mas apenas por lei em sentido formal. No ponto, reputou plenamente atendido o princípio da legalidade, haja vista que o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior tem como área de competência o desenvolvimento de políticas de comércio exterior e a regulamentação e execução das atividades relativas a este, sendo que as normas editadas pelo seu Departamento de Comércio Exterior — DECEX, responsável pelo monitoramento e pela fiscalização do comércio exterior, seriam imediatamente aplicáveis, em especial as proibitivas de trânsito de bens, ainda não desembaraçados, no território nacional. Citou diversas normas editadas pelo Decex e Secex que, segundo jurisprudência da Corte, teriam fundamento direto na Constituição (art. 237) (ADPF 101, Rel. Min. Cármen Lúcia, julgamento em 11-3-2009, Plenário, Informativo 538).

Caso esse assunto seja tema da sua prova, entenda que consta pacificado no Supremo Tribunal Federal.

► Território Aduaneiro

O conceito de “território aduaneiro” não deve ser confundido com “território nacional”. Analise o quadro abaixo para entender melhor a diferença entre ambos:

1 [Lenza, Pedro. *Coleção Esquematizado*® – Comércio Internacional e Legislação Aduaneira / Pedro Lenza, Roberto Caparroz ; coordenado por Pedro Lenza. – 10. ed. – [2. Reimp.] São Paulo : Saraiva Jur, 2026.]



GOSTOU DESSE MATERIAL?

A versão **COMPLETA** é o passo decisivo para você finalmente alcançar a aprovação e mudar sua vida. Ative agora seu **DESCONTO ESPECIAL!**

QUERO MINHA APROVAÇÃO!